

História e Indígenas Mulheres na História à luz da Epistemologia Feminista Decolonial

Historia y Mujeres Indígenas en la Historia a la luz de la Epistemología Feminista Decolonial

Verônica Araújo Mendes

Mestrando em História
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
historia.veronica96@gmail.com

Recebido: 28/09/2022

Aprovado: 02/06/2023

Resumo: O presente artigo oferece um panorama da história indígena e de indígenas mulheres na longa duração. A intenção consiste em problematizar narrativas historiográficas, textuais e imagéticas, as quais são responsáveis pelo esvaziamento das ações protagonistas das indígenas mulheres nos processos e dinâmicas históricas ao longo do tempo. Para tanto, o trabalho buscou subsídios teóricos-metodológicos, sobretudo, nas epistemologias feministas decoloniais (LUGONES, 2020; SEGATO, 2016), realizando um movimento de crítica e decolonização do conhecimento, de modo, ainda, a evidenciar a dialética da colonização e da violência que lhe é inerente, cujos efeitos são mais avassaladores para as indígenas mulheres. O trabalho também deixou algumas considerações importantes acerca da necessidade de uma historiografia para e das indígenas mulheres.

Palavras-chave: História; Indígenas Mulheres; Decolonialidade.

Resumen: Este artículo ofrece un panorama de la historia indígena y de las indígenas mujeres a largo plazo. La intención es problematizar las narrativas historiográficas, textuales e imágenes, que se encargan de vaciar el accionar protagónico de las indígenas mujeres en procesos y dinámicas históricas a lo largo del tiempo. Para ello, el trabajo buscó subsidios teórico-metodológicos, especialmente en las epistemologías feministas decoloniales (LUGONES, 2020; SEGATO, 2016), realizando un movimiento de crítica y descolonización del saber, con el fin de resaltar también la dialéctica de la colonización y la violencia inherente, cuyos efectos son más abrumadores para las indígenas mujeres. El trabajo también dejó algunas consideraciones importantes sobre la necesidad de una historiografía por y para las mujeres indígenas.

Palabras-clave: Historia; Indígenas Mujeres; Decolonialidad.

Colonialismos na Longa Duração

Quando abordamos a história indígena e de indígenas mulheres na perspectiva decolonial, faz-se impreterível sinalizar que se trata de uma história que rompe com os cânones da ciência histórica moderna ocidental, possibilitando que outras formas de conhecimento emerjam. Poderíamos argumentar, a título de exemplo, que, na história moderna, tem-se um modo de organização didática da disciplina que parte de um método cronológico de periodização, o qual possui como centro de referência a própria Europa.

Logo, a divisão quadripartite de história, Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, passa uma ideia de linearidade. Ela é fragmentária e pode fazer subentendido a não existência da relação, interação e continuidades dos sistemas de pensamento e práticas experienciadas em cada período. Em contrapartida, a perspectiva decolonial nos ajuda a enxergar outras formas de organização e compreensão da história, com múltiplas percepções acerca de categorias como espaço e tempo.

Para a decolonialidade a Colonialidade é elemento constitutivo da Modernidade (MIGNOLO, 2008), destarte, é lógico afirmar que os colonialismos precisam ser pensados na longa duração. Ora, na visão dos/as indígenas a colonialidade ainda não foi superada (MAORI SMITH, 2018; KARIPUNA SOARES, 2021).

À vista disso, discutiremos a presença feminina indígena na história do Brasil sem o cuidado de delimitar um período específico, ainda que se refira a acontecimentos que se deram em momentos diferentes e distantes, pois o objetivo máximo é sublinhar as permanências coloniais, ao passo que, paralelamente, busca-se dar um novo enfoque, evidenciando a atuação de indígenas mulheres na história, considerando-as como sujeitas protagonistas. Nesse sentido, o presente trabalho também realiza um movimento de decolonização do conhecimento.

Desde os primeiros séculos da colonização as indígenas mulheres ganharam espaço nas narrativas de viajantes, cronistas, missionários, cujos relatos indicaram o papel fundamental das indígenas, nas relações firmadas com o europeu, bem como no nascimento daquilo que hoje entendemos como Brasil. Mais tarde essas narrativas são reapropriadas por intérpretes clássicos da historiografia brasileira, os quais costumam reproduzir o olhar masculino sobre o feminino. É o caso de Gilberto Freyre (2006) que focalizou a suposta disposição das nativas em se unir com os

européus, reservando-lhes o lugar de progenitora, isto é, de mãe da terra que se formara, conforme anunciou, híbrida.

Para o autor, a política de colonização adotada pelos portugueses subsumia, por um lado, em uma esfera econômica e, por outro, em uma política social, cujos alicerces se sustentavam na instituição familiar. Na visão freyreana, a família, estruturada no sistema patriarcal, desde o século XVI, configura-se como grande fator colonizador do Brasil. Ao tratar dos primeiros séculos da colonização, Freyre nos apresenta “os grandes patriarcas brancos que, sozinhos no meio dos índios, conseguiram em parte sujeitar à sua vontade de europeus bandos consideráveis de gente nativa” (FREYRE, 2006, p.111). De fato, o autor ressalta a iniciativa das indígenas mulheres que por conta própria procuravam os colonizadores e se ofereciam para deitar-se com eles:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua. Os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolava o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 2006, p. 161).

No entanto, o frenesi narrado por Freyre expressa bem mais uma ação inconsciente das indígenas mulheres do que propriamente protagonizadora. É de se supor que o discurso produzido pelo olhar masculino se conceba androcêntrico, de maneira que, para essas mulheres saírem do âmbito da invisibilidade, comum aos grupos historicamente marginalizados, a única linha possível de expressividade resida em sua sexualização.

Estas narrativas também tendem a contribuir com o olhar romantizado da história, colocando para debaixo do tapete o processo violento da colonização, no qual os corpos das mulheres foram perseguidos, escravizados, violentados e assassinados. A discussão levantada por Freyre exclui, ainda, o protagonismo indígena dos processos históricos. Ignora o fato de que tais processos foram resultados diretos das negociações estabelecidas entre indígenas e não indígenas. Trata-se de uma linha de pensamento que lhes nega a condição de sujeitos históricos, tornando-os passivos e omissos diante da figura do colonizador.

Além das narrativas textuais, tem-se as pictóricas, muitas delas também se inserem em esquemas de representação semelhantes às aquelas mencionadas anteriormente e, conseqüentemente, omitem as relações conflituosas entre os sujeitos envolvidos. Conforme afirmou a historiadora Elisa Frühauf Garcia (2020), trata-se de narrativas míticas que buscam construir sentidos para a formação da “nacionalidade”, a qual teria se constituído a partir de relações harmônicas entre indígenas e lusitanos. Nelas, as indígenas mulheres aparecem como as “mães” do povo brasileiro. Ademais, as narrativas também refletem o interesse em justificar e exaltar a colonização. A figura a seguir se inscreve dentro desta lógica de elevação ao empreendimento português.

O espaço-corpo de Moema, indígena mulher, jaz morto.



Figura 1: Moema (1866). Victor Meirelles. Óleo sobre tela, 196,5 x 130 cm. Museu de Arte de São Paulo. Imagem disponível no Google Arts & Culture. Acesso em 08 de ago. 2022.

Moema, *a priori*, é personagem do poema épico “Caramuru”, de Santa Rita Durão (1781), surge como mito em narrativa que exalta o dito “Descobrimento do Brasil”, de modo que foi escrita sob o signo da colonialidade. Posteriormente, no século XIX, Moema ressurgiu pintada na interpretação histórica do artista brasileiro Victor Meirelles.

Moema é também expressão da colonialidade de gênero, colonialidade aqui entendida na acepção defendida pela intelectual feminista Argentina María Lugones (2020, p. 78). A autora parte

do cruzamento dos conceitos de interseccionalidade e colonialidade do poder, desenvolvendo uma análise acerca do que chama de “sistema moderno-colonial de gênero”. Neste sistema, as mulheres racializadas “[...] foram reduzidas à animalidade, ao sexo forçado com os colonizadores brancos e a uma exploração laboral tão profunda que, no mínimo, levou a trabalhar até a morte”.

No plano central da composição de Victor Meirelles, aprecia-se o corpo nu e morto de uma indígena mulher. O que, por si só, já denota o quanto a figura é representativa para a discussão que estamos levantando ao longo deste trabalho. Contudo, antes de explorar os elementos constitutivos da pintura, faz-se preciso salientar sua dupla função para o trabalho do/a historiador/a, ou seja, aquela capaz de fornecer evidências e também de estimular a imaginação histórica (BURKE, 2017).

As imagens são ferramentas importantes ao historiador/a, pois, além de suscitar questões, oferecem possibilidades de respostas, através do testemunho que enunciam. Entretanto, conforme observou o historiador inglês Peter Burke (2017, p. 26-27), “são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho”. Daí a necessidade do/a historiador/a atentar para além daquilo que, à primeira vista, a imagem veicula, buscando enxergar, ainda, aquilo que ela omite. Trata-se, como sugeriu Burke, de ler nas “entrelinhas”, encontrando, inclusive, o que os próprios artistas desconheciam.

Nessa linha de reflexão, a leitura em Moema de Meirelles se pautará naquilo que o historiador italiano Carlo Ginzburg chamou de “indiciarismo”, isto é, um método interpretativo, concentrado nos detalhes e orientado pelos indícios, os quais são tomados como pistas, podendo prover resultados reveladores. Afinal, “o que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152) pelo observador.

Os indícios nos levam ao contexto de produção da imagem, fazendo emergir a seguinte questão: Quais aspectos do século XIX estão refletidos na pintura de Victor Meirelles? A pergunta pode ser respondida em duas chaves de leitura, a colonial e a decolonial. Apresentaremos ambas, com o cuidado de problematizar devidamente a primeira.

Moema no testemunho ocular do colonizador foi uma indígena que se apaixonou por Diogo Álvares Correia, o Caramuru, náufrago português que conviveu entre os Tupinambá no período

quinhentista e desposou a indígena Paraguaçu, a qual viria se converter ao catolicismo e adotar o nome de Catarina. O episódio de Moema morta se deu no contexto em que Diogo Álvares e Paraguaçu partem para a Europa. Inconformada com sua partida e num ato de amor, Moema se joga ao mar, sendo cuspidada por ele logo em seguida.

Cabe fazer notar que as fontes documentais que cobrem os primeiros contatos, como também os personagens citados, são “raros e obscuros” (GARCIA, 2021, p. 33). O que implica nas dificuldades de averiguações documentais, interpretação e crítica históricas. Contudo, sob este prisma colonial, a narrativa poderia se encerrar de modo romântico e idealizado.

No entanto, a decolonialidade insiste na visão crítica, sob tal prisma, podemos afirmar que o corpo da indígena mulher também foi alvo do empreendimento colonial. Como indicado pela antropóloga argentina Rita Segato (2016), seu espaço-corpo, entendido também como território, acompanha o destino da invasão.

En la lengua del feminicidio, cuerpo femenino también significa territorio y su etimología es tan arcaica como recientes son sus transformaciones. Ha sido constitutivo del lenguaje de las guerras, tribales o modernas, **que el cuerpo de la mujer se anexe como parte del país conquistado**. La sexualidad vertida sobre el mismo expresa el acto domesticador, apropiador, cuando insemina el territorio-cuerpo de la mujer ¹(SEGATO, 2016, p. 47, **grifo nosso**).

Nesta linha de reflexão, o espaço-corpo de Moema deixa pistas para pensar os pontos de confluência entre a morte de uma indígena mulher produzida no século XIX e a morte revestida nos silenciamentos dos indígenas no mesmo século, oriunda, desde meados do XVIII, de políticas assimilacionistas alinhadas a um projeto de nação aos moldes europeus que objetivava exterminar os povos originários, acabando com distinções entre indígenas e não indígenas e, por conseguinte, criando uma identidade homogênea, sem lugar para as pluralidades étnicas (ALMEIDA, 2012).

¹ Na língua do feminicídio, o corpo feminino também significa território e sua etimologia é tão arcaica como são recentes suas transformações. Tem sido constitutivo da linguagem das guerras, tribais ou modernas, que o corpo da mulher seja anexado como parte do país conquistado. A sexualidade derramada sobre ele expressa o ato de domesticação, apropriação, ao inseminar o território-corpo da mulher.

É com o Marquês de Pombal e o Diretório por ele instituído em 1757 que as políticas assimilacionistas ganham força, acentuando-se no decurso do século XIX. A legislação pombalina previa incorporar os indígenas ao grosso da dita “civilização”, transformando-os em mão de obra para o Estado. Desta forma, foram sendo criadas várias estratégias as quais estavam condicionadas às especificidades locais e dos grupos indígenas. De acordo com a historiadora e antropóloga Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 108), “em algumas áreas, efetuavam-se descimentos e criavam-se novas aldeias; em outras, desencadeavam-se guerras e estabeleciam-se acordos com os principais nos sertões; e em áreas de colonização mais antiga, a proposta era extinguir as aldeias”.

Os reflexos de tais diretrizes, estabelecidas por Pombal, são sentidos até hoje, segundo o historiador Edson Silva (2003), elas favoreceram os grandes latifundiários e políticos locais que se apossaram de terras indígenas. Na região atualmente denominada de Nordeste, por exemplo, chegou-se à ideia de extermínio total dos povos originários que ali habitavam, tanto por parte do Estado, quanto por parte dos pensadores sociais, onde é possível observar uma certa conivência destes.

A historiadora Vânia Moreira (2010) deu destaque ao papel da historiografia, a qual, durante o regime imperial, atuou ao lado das políticas indigenistas. A própria historiografia, conforme indicou a autora, surge associada à consolidação dos Estados Nacionais, por isso que, para os diferentes grupos sociais, fazer parte de sua história constitui questão estratégica.

É nesse sentido que é formulado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o programa de escrita para a história do Brasil. Apesar dos debates diversos, com perspectivas diferentes acerca do lugar que o indígena deveria ocupar na história, - algumas delas até simpáticas aos indígenas -, prevaleceu o ponto de vista do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen que defendia o elemento europeu como a grande essência da nacionalidade brasileira. Varnhagen também foi responsável por silenciar os indígenas na história. Desse modo, podemos concluir que os indígenas sofreram um duplo apagamento, o físico e o de sujeitos da história.

Mas voltemos à Moema de Victor Meirelles mais uma vez, agora explorando detalhes, a fim de se fazer o que o douto alemão Walter Benjamin (2013) chamou de história *à contrapelo*, com a intensão de ouvir os ecos das vozes silenciadas pela história oficial. Ler a história indígena e de indígenas mulheres *à contrapelo* implica diretamente num movimento de revisão dos paradigmas

historiográficos. Como nos faz perceber Benjamin, o passado histórico é sempre uma interpretação do presente, o que nos permite repensá-lo, questioná-lo e transformá-lo.

Seus cabelos são raízes fincadas nas terras brasílicas - Moema Plantada.



Figura 2: Moema (1866). Victor Meirelles. Detalhe. Óleo sobre tela, 196,5 x 130 cm. Museu de Arte de São Paulo. Imagem disponível no Google Arts & Culture. Acesso em 08 de ago. 2022.

A figura 2 traz um detalhe da obra de Meirelles, no qual podemos explorar mais de perto o rosto morto de Moema e a retórica do colonialismo e da violência que lhe é intrínseco. Como já sublinhado, para além das narrativas românticas que ressaltam a beleza e disposição das nativas “com cabelos muito pretos, compridos, pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas [...] e com tanta inocência descobertas” (CAMINHA, 2019, p. 17 e 27), tem-se uma “erótica violação” (LUGONES, 2020, p. 76 *apud* MCCLINTOCK, p. 22) de seus corpos.

O que contribui para a construção e disseminação de estereótipos sobre uma suposta permissividade e convite das indígenas mulheres à luxúria, muito próximo ao que hoje conhecemos como cultura do estupro. Assim, María Lugones (2020) evidenciou como o sistema moderno/colonial de gênero foi responsável por caracterizar as mulheres por meio de várias perversões e agressões sexuais, concedendo-lhes uma condição animalesca.

Na pintura de Meirelles, é o ardor de Moema quem a leva ao falecimento. Mas o que nos interessa é a perspectiva indígena, é a leitura decolonial, o *contrapelo* e, dessarte, os contrastes da

imagem enquanto evidência histórica. Sob esse ângulo, Moema nos conta, com seus cabelos tornados raízes, que apesar do contato violento com o colonizador, elas, indígenas mulheres, (re)existiram e (re)existem ao longo de mais de quinhentos anos de história. Moema foi plantada e de suas raízes nasceram outras indígenas mulheres.

Do seu ventre nasceu o “filho bastardo”² Brasil.



Figura 3: Moema (1866). Victor Meirelles. Detalhe. Óleo sobre tela, 196,5 x 130 cm. Museu de Arte de São Paulo. Imagem disponível no Google Arts & Culture. Acesso em 08 de ago. 2022.

Moema, como podemos observar de modo mais próximo na figura 3, morre com a mão no ventre, sinalizando para as gerações posteriores que sim as “mães” do Brasil são indígenas, porém, são “mães” que foram violentadas. O Brasil nasce da violência dos espaços-corpos de indígenas mulheres.

Ademais, a narrativa que silenciou os/as indígenas, com destaque para aquela calcada no indigenismo imperial, a qual os categorizou como “aculturados”, “assimilados” e “extintos”, perpassou o século seguinte, também como matriz dominante. Contudo, já nas primeiras décadas do XX, começam a aparecer movimentos, denominados de “etnogêneses”, em várias regiões brasileiras, sobretudo no Nordeste.

É importante não perder de vista que tais movimentos não surgiram do nada, uma vez que os indígenas não desapareceram como apregoavam, mas sim, foram invisibilizados “[...] por políticos e intelectuais que, comungando com as noções assimilacionistas não podiam ouvi-los nem

² Alusão ao título “Filho bastardo” (1992), obra em óleo sobre madeira, da artista brasileira Adriana Varejão.

compreendê-los” (ALMEIDA, 2010, p. 159). Além disso, é preciso sublinhar que esse ressurgir indígena foi fruto das mobilizações dos próprios povos originários que se organizaram e pressionaram o Estado por reconhecimento oficial, enquanto grupo étnico diferenciado, e por direitos, principalmente o de demarcação territorial.

Parte das conquistas alcançadas podem ser vislumbradas na Constituição de 1988, um marco fundamental para pensarmos os indígenas como sujeitos históricos e de direito, pois, por meio da Carta de 88, a ideia de suposta assimilação que acarretaria em seu desaparecimento é posta de lado para dá lugar a concepção de pluralidade étnica. Como versa o expressivo artigo 231 do título VIII – Da Ordem Social –: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, s/p).

A compreensão de que os povos indígenas são cidadãos ativos e parte integrante do processo democrático é imprescindível para a consolidação de uma sociedade justa, igualitária que respeita a diferença. Mas apesar da legislação representar um avanço significativo, as denúncias a respeito das violações dos direitos indígenas são frequentes. Há muito trabalho a se fazer, pois temos uma dívida histórica para com esses povos. Conforme refletiu a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992), os indígenas foram vítimas não só da tentativa de eliminação física, mas também, da condição de agentes participantes da história. No tocante a história das indígenas mulheres isto fica mais evidente.

O movimento indígena também influenciou o surgimento do campo de estudo da “nova história indígena” que reabriu as portas do passado indígena, possibilitando que sua história fosse revisitada longe das representações ligadas à do século do colonialismo. A ruptura com a produção historiográfica tradicional e a nova compreensão da atuação destes povos cujo campo simbolizou, refletiu-se em diversos trabalhos, dissertações e teses sobre o tema, os quais se dedicaram a investigar as dinâmicas coloniais sob prisma diferente daquele consolidado pela historiografia do século XIX.

Desta vez, as relações entre nativos e conquistadores não se constituía por via de mão única, na qual os primeiros teriam sido passivos frente à figura dominadora do colonizador, encontrando seu fim no processo assimilador. A dedicação dos diferentes pesquisadores, em áreas distintas do conhecimento, acabou por evidenciar a extraordinária capacidade de decisão dos povos indígenas, os quais se revelaram muito habilidosos para garantir sua sobrevivência como sujeitos históricos.

Parte considerável do que possuímos de mais notável, dentro da abordagem de renovação da nova história indígena, encontra-se, em grande medida, interligados aos diálogos estabelecidos entre história e antropologia, o que em muito contribuiu para expandir as análises históricas. Os anos que se seguiram depois da promulgação da constituição de 1988, foram de grande efervescência nas pesquisas sobre a temática.

Nesse sentido, há de se destacar a obra *História dos Índios no Brasil* (1992), organizada por Manuela Carneiro da Cunha, a qual contou com textos de diferentes especialistas no assunto. Ao propor a inserção dos povos indígenas, em sua condição de agente ativo, na historiografia brasileira, a obra representou um marco importante como difusor dessa abordagem renovada. Além disso, constitui obra fundamental como ponto de partida para embasar as pesquisas mais atuais. Nessa mesma perspectiva e década também foi publicado o livro do historiador John Manuel Monteiro “Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (1994), com contribuições importantes ao ressaltar o indígena como parte essencial da formação do Brasil. Contudo, mesmo diante de terreno fértil, a questão do feminino indígena continuou acanhada, com lacunas como tema específico de pesquisas.

Considerações Gerais: Por uma historiografia de indígenas mulheres

A História faz parte de toda sociedade humana. Ser membro de uma sociedade, como sublinhou o historiador inglês Eric Hobsbawm (2013, p. 25), “é situar-se em relação ao seu passado”, posto que ele constitui uma dimensão da consciência humana. Todavia, é importante não perder de vista o fato de que existem diversas maneiras de apropriação e incorporação de um mesmo passado. A relação do/a historiador/a, para com o passado, orienta-se por princípios ético-profissionais. Neste caso, o passado é, citando Hobsbawm, “ferramenta analítica” (2013, p. 35) que lhe permite fazer a crítica, propiciando à sociedade vislumbrá-lo de forma mais consciente.

Durante muito tempo a historiografia tradicional coadunou com o discurso imposto de cima, ou seja, ligado à visão e interesse da classe dominante, contribuindo com o apagamento de sujeitos históricos, como os indígenas e as indígenas mulheres. No entanto, a presença feminina na história demonstra ser tão marcante que, mesmo os autores clássicos vinculados a corrente tradicional da história, não puderam ignorar complementarmente os papéis desempenhados pelas indígenas nas

relações firmadas com o europeu, ainda que, como observado ao longo do trabalho, haja um esvaziamento de suas participações na condição de sujeitas protagonistas.

Houve mudanças notáveis nos modos de se fazer história, as quais se incumbiram de criticar os paradigmas tradicionais, promovendo importantes renovações historiográficas, bem como a inserção de outros sujeitos históricos até então ignorados, à título de exemplo, tem-se os movimentos da historiografia francesa dos *Annales*, da historiografia Inglesa Marxista, e da própria nova história indígena já mencionada no trabalho.

A ruptura com a velha história tradicional também foi favorável às mulheres, as quais passariam a ser incluídas na história a partir da década de 1970. Faz-se necessário sinalizar que apesar do rompimento com a história tradicional, não houve de imediato a inserção das mulheres. Se na história tradicional, as ações individuais remetiam ao masculino, a virada para as estruturas e ações coletivas não alteraram essa regra. Foi somente após a pressão e influência do movimento feminista e da iniciativa de historiadoras que as mulheres passaram a fazer parte dos domínios da história.

Contudo, no que tange às indígenas, continuaram por muito tempo esquecidas no campo da história das mulheres e das relações de gênero. As poucas investidas que aparecem em coleções que se propuseram contar a história das mulheres no Brasil, como a obra consagrada organizada pela historiadora Mary Del Priore (2006), apresenta limitações, as indígenas mulheres só parecem existir em um único período histórico, o colonial.

Nos últimos anos, temos acompanhado um cenário mais otimista, mediante mobilizações por direitos, desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas que buscam suprir as desigualdades sociais e históricas na nossa sociedade, oferecendo igualdade de oportunidades. Nesta conjuntura, temos assistido a inserção de estudantes indígenas nas universidades, além do maior interesse por temáticas referentes a suas histórias, que, arrisco afirmar, deve-se a própria presença indígena nas universidades. Muitas pesquisas, inclusive, são realizadas pelos próprios indígenas.

Dentre os trabalhos mais recentes publicados em bancos de teses e dissertações, destaca-se o da antropóloga Elisa Ramos Pankararu (2019), na qual ela discutiu os protagonismos de indígenas mulheres lideranças, apontando as relações duais firmadas entre os gêneros e apresentando um modelo ancestral de organização social deixado por seus ancestrais que é permeado por elementos

matriarcais. A gênese do pensamento de Elisa Pankararu advém da decolonialidade, neste sentido, a intelectual também se propõe definir um feminismo indígena.

Por fim, o trabalho pretendeu contribuir com o debate, fomentando a necessidade de um campo historiográfico para e das indígenas mulheres. Apesar dos estudos sobre a temática ainda serem incipientes na História, são muitas as possibilidades de fontes e campos disciplinares para tratar do assunto. O presente trabalho se valeu de algumas dessas possibilidades, com destaque para a interface entre o campo da história indígena e o campo da história das mulheres e das relações de gênero, aliados, ainda, à abordagem crítica decolonial.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, no 2, p. 21-39, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Data de acesso: 06 de out. de 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 1-22.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey Dom Manuel**, (1500). Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil (org)**. São Paulo: Contexto, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Elisa Fruhauf. As Mulheres Indígenas na Formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa Fruhauf. **Mulheres do mundo**

- Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade.** Belo Horizonte – MG: Fino Traço, 2020. p. 27-44.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- KARIPUNA SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. São Paulo: **Cadernos de campo**, v. 30, n. 2, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/190396>. Acessado em 01 ago. 2022.
- LUGONES, María. Colonialidade de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.
- MAORI SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas. Curitiba: UFPR, 2018.
- MIGNOLO, Walter. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa.** Bogotá - Colombia, No.8, p. 243-281, enero-junio 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n8/n8a13.pdf>. Acesso em 1 ago. 2022.
- MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 30, n° 59, p. 53-72, 2010.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PANKARARU RAMOS, Elisa Urbano. **Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco: espaço de poder onde acontece a equidade de gênero.** 2019, p. 100. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2019.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres.** Editora: Traficantes de Sueños. 1ª edição, 2016.
- SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: uma contribuição a reflexão histórica sobre os processos de resistência, afirmação e emergência étnica. Texto para o Seminário Temático 52 / História indígena no Brasil: perspectivas interdisciplinares. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional De História.** João Pessoa, 2003.